SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONTRATO ADMINISTRATIVO MMA Nº 10 /2015.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SUA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.

PROCESSO Nº 02000.002995/2013-00

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei n. 10.683/03 e Decreto 6.101/2007, com sede em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco B, CEP 70068-901, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0002-98, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, **FAUZE MARTINS CHEQUER**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº. 150.807.811-49, portador do RG nº. 1.257.149, SSP/DF, nomeado pela Portaria nº. 607 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada na seção 2, do DOU, de 25 de fevereiro de 2011, com delegação de competência na Portaria nº 83/2009-SECEX/MMA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA**, com sede SCIA Quadra 08 Conjunto 12 Lote 14, CEP: 71.225-540, CNPJ nº 37.077.716/0001-05, doravante designada apenas **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal **ORLANDO LAMOUNIER PARAÍSO JUNIOR**, brasileiro, RG nº 1.050.565 SSP-DF e CPF nº 561.183.761-15, tendo em vista o que consta do Processo acima epigrafado, no Edital do Pregão Eletrônico n.º 014/2014 e seus Anexos, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005, 3.555/2000, 3.722/2001, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto 6.204/2007, Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG, Instrução Normativa nº 02/2008 do MPOG, alterada pela IN 03/2009, IN 04/2009, IN 05/2009, IN 06/2013 e IN 03/2014, Decreto 3.722/2001, Orientações Normativas nº 02, 03 e 04/2014/SLTI/MPOG e normas regulamentadoras dos serviços de brigada, incluindo a Lei 11.901/2009, Normas Técnicas nº 007/2011 e 002/2009 – CBMDF, Norma Regulamentar – NR 6 e Portaria MTE 194/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços, RESOLVEM celebrar este Contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Prestação, de forma contínua, dos serviços de Brigada de Incêndio, para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndios, controle de pânico, abandono de edificação e primeiros socorros, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas), com o fornecimento de materiais necessários ao funcionamento da Brigada de Incêndio, para atender as necessidades do Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios onde funcionam os Ministérios do Meio Ambiente- MMA e do Ministério da Cultura- MinC, em Brasília/DF.

1.2. Objeto da contratação:

CATEGORIA Código Brasileiro de Ocupação – CBO 5171-10 Bombeiro Civil	**ESCALA 12 x 36 Horas**	**JORNADA Segunda-feira a Sexta-feira Lei 11.901/2009**	**POSTOS BLOCO "B" ESPLANADA**
Básico (36 horas semanais)	Diurna	Ininterrupta (07 às 19 horas)	**4** (REDUZIDO PARA 2, AOS SÁBADOS E DOMINGOS)
Básico (SEGUNDA a SÁBADO) (36 horas semanais)	Noturna	Ininterrupta (19 às 07 horas)	**2**
Básico (Somente DOMINGOS) (12 horas semanais)	Noturna	Ininterrupta (19 às 07 horas)	**2**
Líder (SEGUNDA A SÁBADO) (36 horas semanais)	Diurna	Ininterrupta (07 às 19 horas)	**1**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado **a partir de 1º de maio de 2015**, com eficácia legal após a publicação do extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro dia e incluir o último.

2.2. A critério do **CONTRATANTE** e com a anuência da **CONTRATADA**, este Contrato poderá, mediante termo aditivo, ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos.

2.2.1. Os serviços terem sido prestados regularmente;
2.2.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
2.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
2.2.4. A **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.

3. CLÁSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R$ **92.757,02 (Noventa e dois mil, setecentos e**

cinquenta e sete reais e dois centavos) perfazendo o valor anual total de R$ **1.113.084,24 (Hum milhão, cento e treze mil, oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução deste contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da contratação.

CATEGORIA Código Brasileiro de Ocupação – CBO 5171-10 Bombeiro Civil	Valor mensal por empregado (R$)	Valor mensal por posto (R$)	POSTOS MMA ESPLANADA (R$)	Total mensal de cada serviço (R$)
Básico Diurno	6.071,61	12.143,22	**04**	48.572,88
Básico Noturno	6.679,20	13.358,40	**02**	26.716,80
Básico Folguista	1.548,14	1.548,14	**02**	3.096,28
Líder	7.185,53	14.371,06	**01**	14.371,06
VALOR TOTAL MENSAL			**09**	**92.757,02**
VALOR TOTAL ANUAL				**1.113.084,24**

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação serão atendidas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Unidade/Gestão: 440001/00001

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 18.1222.1242.0000.001

Plano Interno: 2000-SPOA

Natureza de Despesa: 33.90-37

Nota de Empenho: 2015NE800079

4.2. Para os exercícios seguintes serão emitidas as Notas de Empenho referentes aos respectivos exercícios.

4.3. As despesas referentes aos exercícios futuros terão a indicação do respectivo crédito orçamentário, incluídas no contrato por meio de apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na medida em que os serviços forem efetivamente prestados, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da **CONTRATADA**, até o 5° (quinto) dia útil, após a aceitação e atesto pelo representante da Administração da Nota Fiscal/Fatura, conforme as condições e preços ofertados na proposta e planilhas da **CONTRATADA**, aceitas pelo **CONTRATANTE**.

5.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da **CONTRATADA** (Art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.2.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.2.2. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo representante da Administração designado pelo **CONTRATANTE**, o qual somente atestará a prestação dos serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

5.4. Em caso de irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.

5.5. O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, através de ordem bancária contra a entidade bancária explicitada em sua proposta (banco, agência, localidade e nº da conta-corrente) em que deverá ser efetivado o crédito.

5.6. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao representante da Administração, que somente a liberará para pagamento após atestar a prestação dos serviços, e observado os seguintes procedimentos:

5.6.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "*on-line*" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

a1) constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a **CONTRATADA** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**;

a2) não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos e, persistindo a irregularidade, adotará as medidas necessárias à rescisão deste contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa;

a3) havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF;

a4) somente não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF se houver motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante.

5.7. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA**, quando couber, estarão sujeitos à retenção na fonte, dos seguintes tributos:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

b) Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

5.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da **CONTRATADA**, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciados, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

5.9. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a **CONTRATADA**:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.10. Por se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, deve haver o desconto na fatura a ser paga pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987. (Orientação Normativa nº 03/2014 -SLTI/MPOG).

5.11. O pagamento pelo **CONTRATANTE** das verbas destinadas ao pagamento das férias e 13º (décimo terceiro) dos trabalhadores da **CONTRATADA** deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto no art. 19-A da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG (conforme redação da Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

5.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =I x N x VP, onde:

EM =Encargos moratórios;
I =Índice de atualização financeira, dado por
$I = \frac{(TX/100)}{365}$
TX =Percentual da taxa de juros de mora anual;
N =Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP =Valor da parcela em atraso.

5.13. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

5.14. Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

5.15. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA**, para as correções solicitadas, não respondendo o **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação où reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

5.16. O **CONTRATANTE** poderá efetuar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da **CONTRATADA**, que serão depositados pelo **CONTRATANTE** em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

5.17. O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de não proceder ao pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações dispostas no Termo de Referência.

5.18. O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal/Fatura estiverem em desacordo com os dados da **CONTRATADA**, obrigatoriamente com número de inscrição do CNPJ, apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e neste Contrato, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

5.19. O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, através de Ordem Bancária, no Banco do Brasil, Agência 0452-9, Conta-Corrente nº 1.404.269-X, SBS, Brasília/DF.

6. CLÁSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1. Poderá ser realizada repactuação dos preços contratados, visando a adequação destes

aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, e haja demonstrarão analítica da variação dos componentes dos custos deste contrato, devidamente justificada. (art. 37, IN 02/2008 e art. 5º, Decreto 2271/97).

6.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 6.1, e que vier a ocorrer durante a vigência deste Contrato, é direito da **CONTRATADA**, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro deste contrato, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta. (art. 37, § 1º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço. (art. 37, § 2º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação. (art. 37, § 3º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.1.4. A repactuação deste contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos. (art. 37, § 4º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir: (art. 38, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.2.1. da data limite para apresentação da proposta constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

6.2.2. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

6.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação (art. 39, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4. As repactuações serão precedidas de **solicitação** da **CONTRATADA**, **acompanhada**, conforme for a variação de custos objeto da repactuação, de:

a) demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços; ou

b) do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

6.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da solicitação de repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva (art. 40, § 1º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a **variação de custos decorrente do mercado**, esta somente será concedida mediante a comprovação

pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se: (art. 40, § 2º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

b) as particularidades do Contrato em vigência;

c) a nova planilha com variação dos custos apresentada;

d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

e) a disponibilidade orçamentária do **CONTRATANTE.**

6.4.2.1. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de repactuação do item relativo aos valores pagos a título de **vale-transporte** (Orientação Normativa nº 02/2014 -SLTI/MPOG);

6.4.2.1.1. O início da contagem do prazo de um ano para a primeira repactuação deve tomar como referência a data do orçamento a que a proposta se refere, qual seja, a data do último reajuste de tarifa de transporte público;

6.4.2.1.2. Os efeitos financeiros da repactuação contratual decorrente da majoração de tarifa de transporte público devem viger a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público.

6.4.3. A decisão sobre a solicitação de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos. (art. 40, § 3º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.4. As repactuações solicitadas serão formalizadas por meio de *apostilamento*, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por *aditamento*, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos (art. 40, § 4º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.5. O prazo referido no subitem 6.4.3 ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos; (art. 40, § 5º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.6. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA** (art. 40, § 6º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.7. As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento deste contrato.(art. 40, § 7º, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:(art. 41, IN 02/2008 SLTI/MPOG)

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.4.9. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.4.10. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico deste Contrato com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (art. 41-A, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.4.11. A **CONTRATADA** para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993. (art. 41-B, IN 02/2008 SLTI/MPOG).

6.5. As regras de repactuação devem observar as disposições contidas nos arts. 37 a 41-B da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

7.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive pagamento de multas eventualmente aplicadas, a **CONTRATADA** após 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, recolherá **GARANTIA** no percentual **de 5% (cinco por cento)** do valor total deste contrato relativo ao(s) item(ns) contratado(s), podendo optar por qualquer uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93.

7.2. A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observada ainda:

7.2.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.

7.2.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens do subitem 7.2.2.

7.2.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**.

7.2.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2.7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.2.8. A garantia será considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) Após o transcurso de 03 (três) meses do término da vigência contratual, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

O **CONTRATANTE** não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos do **CONTRATANTE**; ou

d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores do **CONTRATANTE**.

7.2.9. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no subitem 7.2.8.

7.2.10. O instrumento contratual e seus aditivos conterão previsão expressa de que a garantia, prevista no inciso XIX, do art. 19 da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG. (redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg. 58/59).

7.3. A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda a execução deste contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá reapresentá-la em 72 horas, nos exatos termos inicialmente contratados.

7.4. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

7.5. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, o **CONTRATANTE**, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à **CONTRATADA**, segundo a extensão da falta ensejada, o cancelamento deste contrato, obedecendo o prazo estabelecido em lei.

7.6. Fica vedado à **CONTRATADA**, subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Os serviços serão executados sob o regime de execução indireta, mediante empreitada, por menor preço por item, conforme inciso II, alínea b, art. 10, da Lei 8666/93.

9. CLÁSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

9.2. Indicar as áreas onde os serviços serão executados.

9.3. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

9.4. Efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições pactuadas neste Contrato.

9.5. Solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

9.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações constantes no Termo de Referência.

9.7. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

9.8. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

9.9. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais.

9.10. Notificar, por escrito a **CONTRATADA** sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazos para sua correção.

9.11. Disponibilizar a documentação relativa à edificação do prédio (plantas), quando solicitado.

9.12. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, em especial o INSS e FGTS, e outros que se fizerem necessários.

9.13. Disponibilizar instalações sanitárias.

9.14. Destinar local para a **CONTRATADA** estocar, guardar materiais, equipamentos e ferramentas.

9.15. Disponibilizar local adequado e de fácil acesso para instalação de Brigada de Incêndio e permanência dos Bombeiros Civis, com infraestrutura básica para administração, com a devida identificação dos locais.

9.16. Divulgar, no âmbito do **CONTRATANTE**, os telefones, ramais e endereços das instalações da Brigada de Incêndio.

9.17. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** até o 5º (quinto) dia útil, após a aceitação e atesto pelo setor competente das Notas Fiscais/Faturas, conforme condições e preços acordados no certame licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Alocar, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados do recebimento da autorização de início dos serviços**, a mão de obra nos respectivos postos, conforme definição do quantitativo indicado no Termo de Referência nos Quadros I, do subitem 8.1.6, informando em tempo hábil qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades, conforme estabelecido.

10.2. Apresentar ao **CONTRATANTE** quando solicitado, os acordos ou convenções coletivas de trabalho, que seguem a categoria profissional vinculada à execução dos serviços (Art. 19, IX, da IN MPOG/SLTI n.º 02/2008), conforme os Encartes A, B, C, D e E do Termo de Referência.

10.3. Elaborar o Plano de Atuação da Brigada, contendo o Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico – PPCI de acordo com a NT-007/2011-CBMDF - Artigo 4 – subitem 4.8, para as instalações atendidas, que deverá ser submetido à apreciação do Representante da Administração, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias,** após assinatura deste Contrato, com encaminhamento posterior a DST/CBMDF, e deverá conter no mínimo:

a) dados da **CONTRATADA** Prestadora de Serviços de Brigada de Incêndio – EPSBI (razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, número do CRB);

b) composição da brigada contra incêndio por turno de serviço;

c) recursos disponíveis (sistemas de proteção contra incêndio e pânico da edificação meios de comunicação, equipamentos de proteção, material de primeiros socorros e outros materiais);

d) procedimentos em situação de emergência (para cada situação de risco identificada (incêndio, pânico, emergências médicas, ações terroristas, etc);

e) definir claramente os procedimentos e as responsabilidades de cada membro da brigada contra incêndio sobre as ações de emergência a serrem adotadas em cada caso;

f) ações de prevenção (rotinas de trabalho, itens a serem inspecionados nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, programas de treinamento da população e dos membros da brigada e execução de exercícios simulados).

10.4. Fornecer, no primeiro mês da prestação dos serviços, e manter atualizada, junto ao representante da Administração, a relação nominal dos empregados, acompanhada dos atestados de antecedentes civil e criminal, em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, mencionado os respectivos endereços residenciais, local de trabalho e comprovação do vínculo empregatício, comunicando qualquer alteração.

10.5. Fornecer, na implantação dos serviços, a comprovação da formação técnica específica da mão de obra empregada, mediante Certificado de Curso de Formação de Brigadista, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

10.6. Implantar, após o recebimento da autorização de início dos serviços, mão de obra no

respectivo Posto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto no prazo estabelecido na citada autorização.

10.7. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

10.8. Substituir nas dependências do **CONTRATANTE** os uniformes a cada 6 (seis) meses, sem qualquer custo adicional para o **CONTRATANTE** ou para os empregados, e independente deste prazo, quando os uniformes e seus complementos apresentarem defeitos ou desgastes.

10.9. Não repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.

10.10. Fornecer todas as ferramentas e EPI necessários ao desenvolvimento das atividades dos Bombeiros Civis.

10.11. Zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso.

10.12. Efetuar a reposição de mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

10.13. Rever toda a mão de obra necessária para garantir a operação do Posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos obedecidos às disposições da legislação trabalhistas vigente.

10.14. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo **CONTRATANTE**, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do **CONTRATANTE.**

10.15. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos Bombeiros Civis.

10.16. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade, a pontualidade e a disciplina de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão de obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.

10.17. Atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), após recebimento da solicitação formal e a critério do **CONTRATANTE**, as solicitações quanto às substituições de mão de obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços.

10.18. Instruir o Bombeiro Civil quanto à necessidade de acatar as orientações do Representante da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

10.19. Relatar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade ou irregularidade observada no Posto das instalações, onde houver prestação dos serviços.

10.20. Apresentar na ocasião da habilitação e efetuar suas renovações durante toda a vigência deste Contrato, Certificado de Credenciamento- CRD da **CONTRATADA** e do corpo funcional, expedido pelo CBMDF, que habilita empresas e profissionais a prestarem serviços relativos à segurança contra incêndio e pânico no Distrito Federal, em função da especialização comprovada e aprovada na Seção de Credenciamento do CBMDF. O CRD deve atender as NT 006/2000-CBMDF, NT 007/2011-CBMDF e Decreto 21.361-CBMDF.

10.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

10.22. Fornecer aos seus empregados, se for o caso, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.

10.23. Arcar com todas as obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscal, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência. Assumir as obrigações previstas na legislação vigente e qualquer outra em decorrência da condição de empregadora, obrigando-se a saldá-las na época devida.

10.24. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venha a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade de brigadista em geral.

10.25. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento das obrigações decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes a este Contrato.

10.26. Manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados, designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra) e obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

10.27. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho e atender outras exigências da CLT e da CCT, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução deste Contrato, conforme exigência legal.

10.28. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causada por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade.

10.29. Manter, durante a vigência deste Contrato e possíveis prorrogações, as mesmas condições da contratação, com o **CONTRATANTE**, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal.

10.30 Executar fielmente este Contrato, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, atualizada, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do **CONTRATANTE.**

10.31. Manter afixados no posto, em local visível, o número do telefone do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

10.32. Fornecer, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, os comprovantes de pagamentos dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas além de outros documentos que se façam necessários.

10.33 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis, e assumido, ainda, as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento destas.

10.34. Responder por danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua omissão, culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta

responsabilidade junto à fiscalização deste Contrato, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial, do gestor do **CONTRATANTE**, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade quanto à execução dos serviços.

10.35. Fornecer por escrito Relatório Mensal e Relatório Anual sobre os serviços prestados e acatar sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do **CONTRATANTE** e atender aos padrões de exigências da NT 007/2011 - CBMDF para relatórios.

10.36. Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

10.37. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

10.38. Prestar os serviços, objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados de bom nível educacional, moral, formação educacional e técnica, comprovados por meio dos documentos mencionados no Termo de Referência.

10.39. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

10.40. Entregar mensalmente ao Representante da Administração a escala de trabalho dos empregados, de modo a facilitar a fiscalização deste Contrato.

10.41. Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE.**

10.42. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte do Representante da Administração, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

10.43 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinto por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

10.44 Fornecer todo o material de expediente e de consumo (caneta, lápis, borracha, régua, papel A4, copos descartáveis para água e para café, cartucho ou tôner para impressora, cópias, etc.) necessários para o bom andamento dos serviços, assim como os livros de registros utilizados no serviço.

10.45 Atender às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências do **CONTRATANTE.**

10.46 Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do Contrato, inclusive ao cumprimento de suas obrigações quanto aos salários, mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada ao **CONTRATANTE.**

10.47 Realizar treinamento periódico dos profissionais incumbidos da execução das tarefas, com vistas a obter adequado preparo físico e a atualização das técnicas de segurança e de prevenção combate a incêndio, inclusive:

a) treinamento de no mínimo de 16 (dezesseis) horas para operar o Desfibrilador

Externo Automático- DEA para todos os Bombeiros Civis que venham a atuar nas dependências do **CONTRATANTE**;

b) treinamento de resgate em elevadores para todos os Bombeiros Civis que venham a atuar nas dependências do **CONTRATANTE;** e

c) qualquer outro treinamento que se faça necessário realização do objeto deste Contrato.

10.48 Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

10.49 Efetuar o pagamento dos funcionários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, independentemente de qualquer caso fortuito. E efetuar o pagamento das férias dos Bombeiros Civis de acordo com os artigos 137 e 145 da CLT que determinam que o pagamento da remuneração das férias seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. Orientação Jurisprudencial nº 386 – SD11 TST.

10.50. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas efetuadas pelo **CONTRATANTE.**

10.51. Manter, durante a vigência deste Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.52. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

10.53. Fornecer e manter atualizada a relação nominal dos Bombeiros Civis que prestam serviço ao **CONTRATANTE**, constando: nome completo, Cadastro de Pessoa Física – CPF, telefone, endereço e data da próxima reciclagem.

10.54. Sempre que houver alteração no quadro de Bombeiros Civis informar ao **CONTRATANTE**, prévia e formalmente através de ofício da **CONTRATADA**. Sejam as alterações por motivo de férias (informar com no mínimo sessenta dias de antecedência), transferência, admissão, demissão ou por qualquer outro motivo além dos citados.

10.55. Fornecer planilha atualizada com previsão de férias dos Bombeiros Civis mensalmente. As datas das férias devem conciliar os interesses da **CONTRATADA** e dos Bombeiros Civis.

10.56. A **CONTRATADA** deverá informar seu Preposto, através de Carta Prepositiva, no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato. Informar seu e-mail e seu celular funcionais. O preposto terá a incumbência de gerenciar, coordenar e controlar os empregados envolvidos na execução dos serviços e reunir-se com o Representante da Administração sempre que solicitado; Conforme a Lei 8666/1993, Artigo 68: A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução deste Contrato.

10.57. Responder a toda comunicação do Representante da Administração, seja e-mail, Relatório de Fiscalização ou qualquer outra forma.

10.58. Encaminhar, mensalmente, ao Representante da Administração as faturas dos serviços prestados, junto com a relação nominal dos empregados e os comprovantes exigidos no Item 2 (fiscalização mensal) do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008. Deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês de referência

da fatura.

10.59. Deverá ser elaborada uma escala para o horário de almoço onde deve constar a figura do "Rendido", deixando sempre um mínimo de dois Bombeiros Civis nos postos de trabalho. Garantindo a execução das cláusulas da CCT relativas ao intervalo intrajornada de trabalho.

10.60. A **CONTRATADA** deverá respeitar o intervalo (de uma hora), ficando os Bombeiros Civis obrigados a usufruir da hora de descanso, registrando o início e o fim do período no sistema de ponto, sem que isso desnature a natureza da jornada e, tampouco, a ocorrência do intervalo.

10.61. Realizar os pagamentos devidos aos seus Bombeiros Civis lotados no MMA 505N e no Bloco B da Esplanada através de conta bancária e encaminhar os comprovantes mensalmente ao Representante da Administração, sendo vedado o pagamento em espécie.

10.62. Administrar os seus Bombeiros Civis estabelecendo, inclusive, escalas de folga semanal. Cabe à **CONTRADADA,** no caso de posto descoberto, qualquer que seja o motivo, repor o Bombeiro Civil no prazo máximo de 2 (duas) horas, sem prejuízo do direito de glosa em virtude do tempo descoberto. Após duas horas serão aplicadas sanções administrativas.

10.63. Prever e prover Bombeiros Civis para cobertura de folgas, férias e faltas. O Bombeiros Civis substitutos deverão ter qualificação igual a qualificação dos Bombeiros Civis substituídos.

10.64. Substituir os Bombeiros Civis nos casos de falta, ausência legal ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

10.65. Dispor de Plano de Contingência e recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho contratados, inclusive em situações atípicas, tais como de greve dos próprios Bombeiros Civis, anormalidades de funcionamento dos meios públicos de transporte, ou outras, sem quaisquer ônus adicionais ao **CONTRATANTE**.

10.66. Fiscalizar e fazer cumprir as atribuições mínimas dos Bombeiros Civis, bem como quaisquer outras necessárias ao cumprimento deste Contrato e à prevenção e combate a incêndio, proteção das pessoas e preservação do patrimônio.

10.67. Submeter os profissionais à reciclagem (a cada dois anos) do treinamento para atuação como Bombeiros Civis.

10.68. Manter os Bombeiros Civis lotados exclusivamente nos postos contratados pelo **CONTRATANTE** no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, sendo vedada a alocação dos Bombeiros Civis em outros postos alheios aos contratados e em cobertura de férias, a fim de preservar a escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, dada a natureza das atribuições.

10.69. O disposto no subitem 10.68 não se aplica aos Bombeiros Civis utilizados para cobertura das ausências legais dos Bombeiros Civis lotados no MMA 505 N e no Bloco B da Esplanada dos Ministérios.

10.70. Respeitar que cada Bombeiro Civil terá carga horária mensal máxima de acordo com o Calendário Anual de Escalas do subitem 10.72, a fim de preservar a caracterização da escala 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

10.71. É vedado excesso superior a 12 (doze) horas por mês, a carga horária mensal deve obedecer ao "Calendário Anual de Escalas".

10.72. Elaborar o "Calendário Anual de Escalas" de 2015 que deverá ser entregue ao

Representante da Administração até 31/12/2014, ou em data a ser definida.

10.73. Caso a **CONTRADADA** optar por pagar com folga esta quitação deve ocorrer no máximo em 30 (trinta) dias após o mês da ocorrência das horas extras trabalhadas.

10.74. A descaracterização da escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso implica no retorno a jornada semanal de 44 (quarenta e quatro horas) e todo o excedente será pago como hora extra. A Súmula 85 do TST diz que a prestação habitual de horas extras descaracteriza o acordo de compensação de jornada previsto em norma coletiva.

10.75. Cumprir e fazer cumprir as orientações emanadas pelo CBMDF.

10.76. Treinar e orientar os Brigadistas Voluntários das edificações 505N e Bloco B da Esplanada, conforme previsto no Anexo D da NT 007/2011-CBMDF.

10.77. Promover, por meio dos Bombeiros Civis, exercícios simulados parciais e completos (alternadamente) a cada 6 (seis) meses no MMA 505N e no Bloco B da Esplanada, obedecendo ao disposto nas NBR 14.276 e NBR 15.219, bem como na NR 23 e em todas as legislações Federais e Distritais relacionadas à segurança contra incêndio e pânico.

10.78. Elaborar logo após cada exercício relatório no qual conste: horário do evento, tempo gasto no abandono, tempo gasto no retorno, tempo gasto no atendimento de primeiros socorros, atuação da brigada, comportamento da população, participação do Corpo de Bombeiros e tempo gasto para sua chegada, ajuda externa (PAM – Plano de Auxílio Mútuo), falhas de equipamentos, falhas operacionais e demais problemas levantados.

10.79. Todo o procedimento e materiais necessários para a realização do treinamento e/ou reciclagem das Brigadas Voluntárias de Incêndio, bem como quaisquer ônus ou custos relacionados são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, incluindo os custos com campo de treinamento, transporte e alimentação dos instrutores, extintores e equipamentos, além das roupas adequadas e de todo material audiovisual, utilizados durante o curso.

10.80. Oferecer profissionais habilitados para as instruções, assim considerados aqueles que atendam aos requisitos estabelecidos pelo CBMDF.

10.81. Fornecer os equipamentos, materiais permanentes e de primeiros socorros, nos quantitativos no Item 12 (doze) do Termo de Referência, os quais na eventualidade da prorrogação contratual serão objeto de negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do Contrato.

10.82 Os equipamentos especiais devem seguir as normas de confecção de equipamentos de combate a incêndio, NFPA – 1971-1977 – Edição 2000, ANSI – Z41-1991 e CSA Z195-92.

10.83. Fornecer, para uso da Brigada, microcomputador, com processador Intel Core Duo I5, 04GB RAM, HD 500 GB, monitor LCD 18.5", teclado e mouse ou similar. Um microcomputador para cada endereço do **CONTRATANTE**.

10.84. Fornecer para uso da Brigada impressora preferencialmente WIFI e com scanner. Uma impressora para cada endereço do **CONTRATANTE**.

10.85. Controlar a frequência dos Bombeiros Civis com relógio de ponto digital com frequência biométrica instalado no Bloco B da Esplanada dos Ministérios.

10.86. Compor as equipes de Bombeiros Civis de forma a permitir ao máximo a igualdade entre os sexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONDOMÍNIO

11.1. As regras pertinentes ao condomínio formado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Cultura referente a serviços prestados, em comum acordo, no prédio do Bloco B da Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF, devem ser observadas, no que for pertinente, conforme a Portaria Interministerial nº 271 de 10 de julho de2013.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTA VINCULADA

12.1. As provisões realizadas pelo **CONTRATANTE** para o pagamento dos encargos trabalhistas, serão destacadas do valor mensal deste contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária, bloqueada para movimentação e aberta em nome da **CONTRATADA**.

12.2. A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização do **CONTRATANTE** e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

12.3. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:
a) 13º (décimo terceiro) salário;
b) férias e um terço constitucional de férias;
c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

12.4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item anterior, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à **CONTRATADA**.

12.5. A **CONTRATADA** poderá solicitar a autorização do **CONTRATANTE** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência deste contrato.

12.6. Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

12.7. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, ao **CONTRATANTE** expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela **CONTRATADA**.

12.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

12.9. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à **CONTRATADA**, no momento do encerramento deste Contrato, na presença do sindicato da categoria, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

13.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição:

a) Termo de Referência;
b) Edital de Pregão Eletrônico nº _014/2014 e seus anexos;
c) Proposta final firmada da **CONTRATADA**, datada de 08/01/2015.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o **CONTRATANTE** designará um ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências e deficiências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.2. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou produtos que estiverem em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, edital e seus anexos.

14.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS

15.1. É admissível recurso aos atos do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura da respectiva ciência, conforme o art. 109, da Lei nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º8.666/93.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3. Constituem motivos para a rescisão contratual, nos termos do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93:

16.3.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

16.3.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos;

16.3.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração comprovar a impossibilidade de perfeita execução contratual, nos prazos estipulados;

16.3.4. o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;

16.3.5. a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

16.3.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;

16.3.7. o desatendimento das determinações regulares do representante da Administração designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

16.3.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do artigo 67, da Lei n.º 8.666/93;

16.3.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

16.3.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

16.3.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato resultante do objeto do Termo de Referência;

16.3.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato resultante do objeto do Termo de Referência;

16.3.13. a supressão, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, ressalvado o disposto no inciso II do § 2º do art. 65 desta Lei;

16.3.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

16.3.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

16.3.16. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução dos serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

16.3.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

16.3.18. descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.4. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, com antecedência mínima do 30 (trinta) dias, observado o disposto no artigo 109, "I", letra "e", da Lei n.º 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para o **CONTRATANTE**, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 79 da Lei n.º

8.666/93.

c) judicial, nos termos da legislação.

16.5. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.6. De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia;
b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
c) pagamento do custo de desmobilização.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Será considerado como falta grave, caracterizada como falha em sua execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

17.2. Pela **INEXECUÇÃO TOTAL** deste contrato, assim considerada de acordo com os subitens 17.6 e 17.7 deste contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

17.2.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor global deste Contrato, no caso de ocorrer a inexecução total deste Contrato;

17.2.2. suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o **CONTRATANTE** e com os demais órgãos envolvidos na contratação proposta, pelo prazo não superior a dois anos; e

17.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

17.3. Pela **INEXECUÇÃO PARCIAL** deste contrato, assim considerada de acordo com os subitens 17.6 e 17.7 deste contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

17.3.1. advertência;

17.3.2. multas previstas no subitem 17.6, no caso de ocorrer a inexecução parcial do Contrato;

17.4. As sanções previstas, nos subitens 17.2.2 e 17.2.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem 17.2.1, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.5. A sanção estabelecida no subitem 17.2.3 é de competência exclusiva da Ministra de

Estado do Ministério do Meio Ambiente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.6. As sanções a serem aplicadas nos casos de ATRASOS e FALTAS dos Bombeiros Civil são:

Tabela 1

Tipo de Ocorrência	Multa (%) por cada ocorrência	Considera-se havida a INEXECUÇÃO PARCIAL do contrato quando acontecer a quantidade de ocorrências abaixo, no intervalo de até 1(um) mês:	Considera-se havida a INEXECUÇÃO TOTAL do contrato, quando acontecer a quantidade de ocorrências abaixo, no intervalo de até6 (seis) meses:
ATRASO ou FALTA **com** reposição do posto em até 2 horas do início do turno	----	----	----
ATRASO **com** reposição feita **após** 2 horas do início do turno	1% do valor da fatura mensal.	+ que 3 (três) ocorrências	+ que 6 (seis) ocorrências
FALTA **com** reposição feita **após** 2 horas do início do turno	1% do valor da fatura mensal.	+ que 3 (três) ocorrências	+ que 6 (seis) ocorrências
ATRASO ou FALTA **sem** reposição	2% do valor da fatura mensal.	+ que 2 (duas) ocorrências	+ que 4 (quatro) ocorrências

17.6.1. As multas serão aplicadas até o limite de 30% do valor da fatura mensal do contrato, sem prejuízo das glosas das horas não trabalhadas.

17.7. O descumprimento de QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL, que esteja prevista no Termo de Referência ou neste Contrato e não citada neste item, implicará multa correspondente a 0,1% por ocorrência, conforme o caso, calculada sobre o valor total deste Contrato, até o limite de 3% desse valor.

Tabela 2

Tipo de Ocorrência	Multa (%) por ocorrência	Considera-se havida a INEXECUÇÃO PARCIAL do contrato quando acontecer a quant. de ocorrências abaixo, no intervalo de até 1(um) mês:	Considera-se havida a INEXECUÇÃO TOTAL do contrato, quando acontecer a quant. de ocorrências abaixo, no intervalo de até 6 (seis) meses, prevista abaixo:
Descumprimento de qualquer outra obrigação do item 13 do Termo de Referência	0,1% do valor total do Contrato.	+ que 5 (cinco) ocorrências	a partir de 30 (trinta) ocorrências

17.7.1. As multas serão aplicadas até o limite de 3% do valor total deste Contrato.

17.8. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo estabelecido na GRU, podendo ainda, ser descontada da garantia contratual.

17.9. Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, ser inscrita na Dívida Ativa para cobrança judicial.

17.10. No caso de atraso no recolhimento da multa, o valor será acrescido de compensação financeira, calculado pela fórmula estabelecida no subitem 5.12 deste Instrumento. O valor da devolução da multa aplicada pelo **CONTRATANTE,** face provimento de recurso, também será acrescido de compensação financeira calculada pela mesma fórmula.

17.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (Parágrafo único, art. 28, Dec. 5.450/2005).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão conforme disposto nos § 1º e § 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Nos termos do art. 61, da Lei nº 8.666/93, o **CONTRATANTE** é responsável pela publicação deste Contrato e de seus Termos Aditivos, caso ocorram, no Diário Oficial da União.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, vai o presente **CONTRATO**, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, com as testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 27 de abril de 2015.

FAUZE MARTINS CHEQUER
SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ORLANDO LAMOUNIER PARAÍSO JUNIOR
CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome: Diana Santos O. B. Guimarães
CPF: 699 197 781-91

Nome: Marília Beatriz F. L. Jost
CPF: 434.344.001-20

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 34/2014 - BNDES

Contratação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de atendimento e suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TIC das Empresas do Sistema BNDES, abrangendo a execução de rotinas periódicas, orientação e esclarecimento de dúvidas, configuração e controle de equipamentos, e recebimento, registro, análise, diagnóstico e atendimento de solicitações de usuários por meio de Central de Serviços (Service Desk), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica aos Licitantes que o certame em referência, com Aviso de Licitação publicado no DOU do dia 18/09/2014, seção 3, página 139, foi homologado pela Diretoria do BNDES, em 28/04/2015, tendo sido adjudicado seu objeto ao Licitante Tech Mahindra Serviços de Informática Ltda, pelo valor de R$ 31.109.962,00 (trinta e um milhões, cento e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais).

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.
TATIANA ALVARENGA GOUVEA
Gerente da Gerência de Licitações 1 do DELIC/AA.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 102015. , publicada no D.O.U de 09/04/2015 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de disponibilização de infraestrutura de Datacenter (DC) alternativo para continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do BNDES, conforme especificações do Edital e seus Anexos. Novo Edital: 04/05/2015 das 10h00 às 12h30 e d14h00 às 17h30. Endereço: Av. Republica do Chile, Nº 100 Centro - RIO DE JANEIRO - RJEntrega das Propostas: a partir de 04/05/2015 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/05/2015, às 15h00 no site www.comprasnet.gov.br.

TATIANA ALVARENGA GOUVEA
Gerente Glic1

(SIDEC - 30/04/2015) 201014-20101-2015NE999999

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 105/2015 - UASG 183039

Número do Contrato: 64/2012. Nº Processo: 1.656/2012. INEXIGIBILIDADE Nº 111/2012. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 12431701000164. Contratado : M.D.LEME CRONOTACOGRAFOS COMERCIO-E SERVICOS LTDA - EPP. Objeto: Prorrogação do prazo da contratação pormais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 03/05/2015 a 02/05/2016. Valor Total: R$528.900,00. Fonte: 250183023 - 2015NE800239. Data de Assinatura: 29/04/2015.

(SICON - 30/04/2015)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2015 - UASG 183039

Número do Contrato: 73/2012. Nº Processo: 3.829/2012. INEXIGIBILIDADE Nº 301/2012. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 15114871000103. Contratado : VIP TACOGRAFOS LTDA - ME - Objeto: Prorrogação do prazo da contratação pormais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/05/2015 a 03/05/2016. Valor Total: R$528.900,00. Fonte: 250183023 - 2015NE800382. Data de Assinatura: 29/04/2015.

(SICON - 30/04/2015)

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 64/2014.
CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74.
CONVENENTE: Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE - CNPJ: 24.416.174/0001-06.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim a Prorrogação de Vigência do Termo de Execução Descentralizada nº 64/2014, até 30 de julho de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 29 de abril de 2015.
ASSINA: Bruno Henrique Lins Duarte, Diretor do Departamento de Gestão Interna; CPF: 007.984.961-00 e MARIA JOSÉ DE SENA, Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE; CPF: 317.874.104-63.
PROCESSO Nº: 58701.001871/2014-37

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE ADESÃO

Espécie: Termo de Adesão que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente-MMA, CNPJ/MF: nº 37.115.375/0002-98, e o Município de Aracaju/SE, por meio da Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju/SE, inscrito no CNPJ/MF com o nº 13.128.780/0098-24. Objeto: o presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com o objetivo de promover a conscientização de uma cultura anti-desperdício e a utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos. Processo: Nº 02000.001661/2014-91. Assinatura:29/04/2015. Vigência: O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de assinatura. Assinam: Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, CPF: 297.500.916-04 e Eduardo Lima de Matos, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Aracaju/SE, CPF: 265.738.815-91.

Espécie: Termo de Adesão que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente-MMA, CNPJ/MF: nº 37.115.375/0002-98, e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN, inscrita no CNPJ/MF com o nº 35.893.999/0001-20. Objeto: o presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com o objetivo de promover a conscientização de uma cultura anti-desperdício e a utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos. Processo: Nº 02000.000349/2015-61. Assinatura: 29/04/2015. Vigência: O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de assinatura. Assinam: Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, CPF: 297.500.916-04 e Claudia de Oliveira Neves Saraiva, Diretora-Presidente da CLIN, CPF: 002.854.587-79.

Espécie: Termo de Adesão que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente-MMA, CNPJ/MF: nº 37.115.375/0002-98, e Universidade Federal de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF com o nº 13.031.547/0001-04. Objeto: o presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com o objetivo de promover a conscientização de uma cultura anti-desperdício e a utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos. Processo: Nº 02000.002755/2014-88. Assinatura: 29/04/2015. Vigência: O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de assinatura. Assinam: Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, CPF: 297.500.916-04 e Ângelo Roberto Antoniolli, Reitor da Universidade Federal de Sergipe, CPF: 973.238.618-53.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015 - UASG 440001

Nº Processo: 02000002995201300.
PREGÃO SISPP Nº 14/2014. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 37077716000105. Contratado : CITY SERVICE SEGURANCA LTDA -Objeto: Prestação de serviço de Brigada de incêndio para atender as necesidades do Bloco B da Esplanada dos Ministérios. Fundamento Legal: Lei 8.666/93; 10.520/02 . Vigência: 01/05/2015 a 01/05/2016. Valor Total: R$1.113.084,24. Fonte: 100000000 - 2015NE800079. Data de Assinatura: 27/04/2015.

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2015 - UASG 440001

Nº Processo: 02000000104201534.
PREGÃO SISPP Nº 14/2014. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 00478727000189. Contratado : AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRICOLA -LTDA. Objeto: Prestação dos serviços de Brigada de incêndio para atender as necesidades do Ministério do Meio Ambiente, situado na SEPN quadra 505 norte, Bloco B Edifício MArie Prendi Cruz, Brasilia/DF. Fundamento Legal: Lei 8.666/93; 10.520/02 . Vigência: 01/05/2015 a 01/05/2016. Valor Total: R$969.899,76. Fonte: 100000000 - 2015NE800080. Data de Assinatura: 27/04/2015.

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2015 - UASG 440001

Nº Processo: 02000001494201489.
PREGÃO SISPP Nº 2/2015. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 00028986000612. Contratado : ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. -Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas de acessibilidade nas dependências do Ministério do Meio Ambiente. Fundamento Legal: Lei 8.666/93; 10.520/02 . Vigência: 01/06/2015 a 01/06/2016. Valor Total: R$49.137,60. Fonte: 100000000 - 2015NE800323. Data de Assinatura: 28/04/2015.

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

EXTRATOS DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 11/2011
Nº Processo: 02000000729201172. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE -TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL. Objeto: Rescisão Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Data de Rescisão: 01/05/2015 .

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

CONTRATO Nº 12/2011
Nº Processo: 02000000934201138. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 13532182000193. Contratado : CONSORCIO MPOG-AMERICEL/CLARO 2011Objeto: Rescisão Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Data de Rescisão: 01/05/2015 .

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2015 - UASG 440001

Número do Contrato: 29/2012.
Nº Processo: 02000000933201193.
PREGÃO SISPP Nº 16/2012. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 24784167000230. Contratado : ALMEIDA FRANCA ENGENHARIA LTDA -Objeto: Incluir três postos de serviços e mais vinte e cinco por cento no valor variável mensal - VVM. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 01/05/2015 a 29/09/2015. Data de Assinatura: 29/04/2015.

(SICON - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 6/2015

O Pregoeiro do Ministério do Meio Ambiente torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 06/2015, que tem por objeto a contratação de serviços de clipping eletrônico diário para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, declarando vencedoras do certame as empresas: as empresas SERGIO MACHADO REIS - EPP para o item 01 (por R$ 21.000,00), NVTX8 PROCESSAMENTO E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - EP para o item 02 (por R$ 14.000,00) e ARMAZEM DIGITAL COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO LTDA - EPP para o item 03 (por R$ 29.472,00).Os autos encontram-se com vistas franqueadas.

PAULO GIORDANNI DIAS LIMA

(SIDEC - 30/04/2015) 440001-00001-2015NE800001

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/ANA/2015

Process: 02501.000022/2015-49 - Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria para mapeamento da área de cana-de-açucar irrigada na região centro-sul do Brasil. Edital: Disponível a partir de 04/05/2015, no site: www.ana.gov.br. Abertura da Licitação: Dia 18/06/2015 às 09h30. Endereço: Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco "M", Sala de Reuniões - Brasília DF.

VIRGÍLIO DE AZEVEDO MAIA FILHO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, do empreendimento denominado Linha de Transmissão de 500 kV Estreito - Fernão Dias e Subestações associadas, com extensão total de 332 km, partindo do município de Ibiraci/MG e com ponto final no município de Atibaia/SP. As Audiências Públicas ocorrerão nas seguintes datas, locais e horários: 19 de maio de 2015 - Casa de Cultura, Rua Coronel Assis Gonçalves nº 243 - Centro, Bragança Paulista/SP, às 19h; 20 de maio de 2015 - Theatro Municipal de São João da Boa Vista, Praça da Catedral nº 22, Centro - São João da Boa Vista/SP, às 19h; e 21 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015050400138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.